

# Das preposições “pro” e “prae”: a conservação do latim no português

Flávia Santos da Silva<sup>1</sup> (UFU)

## Resumo:

É muito recorrente ouvir-se que as línguas românicas derivam do latim. Entretanto, é necessário atentar-se para o fato de que, na verdade, as línguas românicas ainda são o latim, embora modificadas em sua estrutura sintática. Por esse motivo, é indispensável voltarmos ao passado, trazendo luz ao presente, a fim de que sua estrutura possa ser realmente compreendida. A esse respeito, Benveniste (1966) faz um estudo das preposições latinas “pro” e “prae” naquilo em que elas veiculam de sentido. Bassetto (2010) analisa a maneira como as preposições latinas se tornaram prefixos nas línguas românicas. A valerem-nos aqui especificamente da língua portuguesa, neste trabalho, temos o objetivo de analisar como essa relação entre preposição, na língua latina, e prefixo, na língua portuguesa, se dá no que concerne às unidades linguísticas “pro” e “prae”, relacionando, pois, os trabalhos dos dois autores acima mencionados. Além do mais, como julgamos que os estudos linguísticos podem e devem ter valia no ensino de língua portuguesa, temos como segundo objetivo trazer essas considerações teóricas para o ensino fazendo uma proposta de atividade para o ensino fundamental. Para tal, elaboraremos exercícios relacionados aos usos dessas unidades linguísticas a partir de textos. Deste modo, com essa atividade objetivamos propor um instrumento, ainda que pontual, que possibilite pensar a gramática a partir de uma análise lexical que considere tanto a forma quanto o sentido, a fim de que a apresentação dela na escola não seja simplesmente instrumental, mas permita que as crianças compreendam como a língua latina se conserva no português.

**Palavras-chave:** estrutura do latim, estrutura do português, preposições, prefixos, ensino de língua portuguesa.

## 1 Introdução

O português não é a última flor do Lácio. Da derrocada do Império Romano no séc. VI até os dias de hoje, não houve um limite fronteiro entre o latim vulgar e as línguas românicas, portanto, não se pode dizer que, da língua que irradiou do coração da Itália, o português tivesse sido o último fruto. Por detrás dessa afirmação, está a concepção de que há uma língua mãe que gera as línguas filhas, ao que Saussure, há mais de 150 anos, já se opunha, dado que qualquer língua “*est la continuation de ce qui parlait avant elle*” (SAUSSURE, 1964, p. 296)<sup>1</sup>. Se não houvesse continuidade absoluta entre uma língua e outra, haveria interrupções que permitiriam demarcar a origem e os produtos.

Como esse não é o caso, uma vez que no mundo só existe um homem falando com outro homem, a busca dessa origem levaria a se voltar ao passado num processo sem fim. Isso, portanto, é mera ficção e, conseqüentemente, o estabelecimento dos produtos dessa origem é decorrência da crença nessa impossibilidade. Nesse sentido, o latim não é a origem das línguas românicas, mas apenas o ponto de partida metodológico para compreendê-las, como também o português não é a última flor dessa suposta origem, mas apenas o ponto de chegada atual que permite compreender sua sincronia. Essa necessidade metodológica não significa, pois, que o latim já não fosse a

---

<sup>1</sup> Tradução nossa: “é a continuação da língua que se falava antes dela”.

continuação de outras línguas e de que o português já não ofereça condições para ser a continuação de outras línguas no futuro.

Entretanto, tomar a impossibilidade da origem *ipsis litteris*, levaria ao *regressus ad infinitum*. Como é necessário estabelecer um ponto fixo para a pesquisa científica, neste trabalho tomamos a estrutura da língua latina como condição suficiente para compreender a estrutura da língua portuguesa. Assim sendo, a língua se desenrolando indefinidamente entre os homens, no tempo e no espaço, julgamos mais adequado utilizar a terminologia de Bassetto (2010, p. 66) de *terminus a quo*, a estrutura linguística de que se parte, e *terminus ad quem*, a estrutura linguística a que se chega. Por conseguinte, o *terminus a quo* oferece as condições suficientes para se tirar as conclusões necessárias com relação ao *terminus ad quem*. Sendo suficientes essas condições, e não terminantes e cabais, o pesquisador sempre poderia partir de outras, chegando a outras conclusões, não menos importantes.

Por exemplo, poderíamos tomar como *terminus a quo* os antigos advérbios do indo-europeu, que passaram a funcionar como preposições no latim, para analisar o funcionamento dos prefixos em língua portuguesa. Entretanto, como o indo-europeu é um fato de suposições sem comprovações, e por falta de conhecimento delas (se é que em alguma universidade brasileira se ofereça formação em indo-europeu), tomar as preposições latinas, que já são a continuação dos advérbios de tempo e de espaço do indo-europeu, como *terminus a quo* já oferece informações suficientes para entender a estrutura do português. No nosso caso, partimos das preposições *pro* e *prae* e chegamos ao seu funcionamento, como prefixos, no português.

Falando em formação, nosso objetivo não é apenas fazer uma discussão teórica, mas também de trazê-la para a prática, fornecendo uma proposta pontual sobre como o professor de língua portuguesa, do ensino fundamental, poderia tratar dessas questões em sala de aula. Ensino fundamental, e não ensino médio, porque julgamos que tais reflexões deveriam estar no currículo escolar desde o 6º ano, dado que, com 10 ou 11 anos, as crianças já teriam a capacidade de fazer as abstrações necessárias para tal. Por “abstração” não compreendemos o estudo da forma destituído do emprego da língua, mas, ao contrário, o estudo da forma que se dá por meio da língua em ação, o que, por sua vez, possibilita refletir profundamente sobre sua estrutura, por isso “abstrato”, já que opera uma associação de ideias de alto grau de generalização. Contudo, na conjectura atual, esse tipo de reflexão não tem sido feito nem ao menos nos programas de pós-graduação em Linguística das universidades brasileiras. Tornamo-nos mestres e doutores em Linguística sem ao menos termos estudado Linguística de fato.

De qualquer forma, ainda que com essa conjectura, é possível propor um trabalho em que a discussão teórica sobre o latim venha em favor da proposta de atividades que poderiam ser utilizadas por qualquer professor de língua portuguesa. Para tal, elaboraremos exercícios relacionados aos usos das unidades *pro* e *prae* no português. Temos ciência da delimitação deste trabalho, entretanto, se não começarmos das pequenas coisas, não será possível estabelecer no Brasil uma tradição universitária que dê conta de formar professores de língua portuguesa com conhecimento das bases, o latim. Desse modo, objetivamos pensar a gramática a partir de uma análise lexical que considere tanto a forma quanto o sentido, a fim de que a apresentação dela na escola não seja simplesmente instrumental, mas que permita às crianças compreenderem como o latim se conserva no português.

## 2 O funcionamento da prefixação

A composição pode se configurar ou não como derivação. Segundo Bassetto (2010, p. 167), a composição é a junção de duas unidades menores em uma maior, em que não há modificação do conteúdo significativo básico do radical; já na derivação, que, em grego, significa “ato de desviar as águas de um rio”, há um deslocamento do significado do radical:

Sob o ponto de vista etimológico e semântico, os prefixos acrescem ao composto uma ideia específica de circunstância, de advérbio, que não altera o núcleo da significação do composto, diferentemente do composto por um sufixo derivacional, como de “porta” temos “porteiro”, em que o núcleo semântico se desloca ou “deriva” de “porta” para a “pessoa” encarregada da porta. (BASSETTO, 2010, p. 168)

Assim sendo, a prefixação é genuinamente um processo de composição, já que há o acréscimo de uma ideia adverbial figurada no prefixo ao radical, e não um acréscimo tal que chegue a modificar o conteúdo básico do radical, de modo a haver um deslocamento do seu significado. Esse deslocamento dá-se pela modificação na forma que faz com que o sentido se desvie para outro rumo. Por conseguinte, na composição, tem-se uma modificação na forma, por exemplo, “por” e “antepor”, que modifica a maneira como as águas do rio correm, mas não chega a lhe modificar o curso, a direção. Já na sufixação, pode ou não haver alteração na direção do sentido: os sufixos gramaticais, também chamados de desinências nominais e desinências verbais, são um processo de composição por não alterarem o conteúdo significativo básico da palavra, ao passo que os sufixos derivacionais fazem essa alteração, por isso, são um processo de derivação. Notemos bem que, por “conteúdo significativo básico” não compreendemos um significado que fosse imanente ao radical, mas um significado que, pelo emprego da língua, foi convencionalizado e estabilizado. Isso posto, Bassetto afirma que:

Quanto à origem do processo de prefixação, note-se que o ind.-eur. não tinha preposições nem prefixos. Antigos advérbios, inicialmente de lugar e depois de tempo, tornaram-se preposições e posteriormente prefixos. Em consequência, somente podem ser considerados genuínos prefixos as preposições provenientes de antigos advérbios [...]. Desse modo, preposições e prefixos constituem um inventário fechado, sendo extremamente raro o aparecimento de nova preposição e de novo prefixo. O lat. arc. ainda usava algumas preposições como advérbios. (BASSETTO, 2010, p. 168)

Só podem ser consideradas prefixos as unidades que funcionavam como preposições no latim e, por sua vez, como advérbios no indo-europeu. Dessa maneira, se uma unidade não expressa a noção de circunstância, seja ela de tempo, modo, lugar, qualidade, causa, intensidade, oposição, afirmação, negação, entre outros, não pode ser considerada um prefixo, como, por exemplo, *aero-*, *arqui-*, *filo-*, *hidro-*, *micro-*, *macro-*, *poli-*, *vice-*, entre outros. Estes, Bassetto (2010, p. 168) diz poderem ser chamados de pseudoprefixos ou prefixoides. A prefixação propriamente dita, pois, é um processo de síntese que exige um certo grau de abstração.

Como o latim vulgar era a continuação do *sermo urbanus* - variação do latim falado pelos patrícios e letrados - falada pelos pobres, camponeses e analfabetos da *vrbs*, ele tendia mais para a análise. Por isso, a prefixação não era muito utilizada, a não ser com os prefixos *ad*, *in*, *ex*, *dis* e *re*, quando os falantes já haviam perdido a consciência da composição, por exemplo, em *infans*, *inimicus*, *immundus*, *invitus*, entre outros. Entretanto, nas línguas românicas, é fato que muito mais prefixos latinos são usados. Isso se dá pelo trabalho dos eruditos, principalmente, do clero, na Idade Média, de se voltarem aos clássicos, imitando-os, a fim de poder expressar as ideias que a estrutura do latim vulgar já não mais permitia: “o grande florescimento da prefixação nas línguas românicas modernas deve-se à influência culta e literária, especialmente do lat.ecles., que reintroduziu as formas latinas” (BASSETTO, 2010, p. 169). Mesmo assim, o romance, variação do latim que está entre o latim vulgar e as línguas românicas, não se enriqueceu suficientemente de prefixos, o que fez com que, na Idade Moderna, tivesse que se voltar ao francês para incorporar termos prefixados, já que esta foi, por muito tempo, língua de cultura na Europa.

De todas formas, vemos que a prefixação não é um processo “natural” de continuação do latim vulgar, já que o “natural” seria a análise, isto é, não haver prefixação, mas sobretudo um processo “artificial”, uma vez que dependeu do trabalho de uma intelectualidade que acabou por

interferir na estrutura das línguas românicas. Esse esforço de “escavação” do *sermo classicus* dá-se pelas preposições latinas exprimirem figuras que não são imediatamente perceptíveis, por isso, elas não seriam espontaneamente incorporadas como prefixos no *sermo plebeius* pelos camponeses que utilizavam a língua apenas para satisfazer suas necessidades imediatas, sejam elas comerciais, domésticas, de lazer, entre outras. Sobre as figuras, Benveniste afirma que:

Il faut insister sur ce point que chaque préposition d’un idiome donné dessine, dans ses emplois divers, une certaine figure où se coordonnent son sens et ses fonctions et qu’il importe de restituer si l’on veut donner de l’ensemble de ses particularités sémantiques et grammaticales une définition cohérente. Cette figure est commandée par le même système sublogique qui gouverne les fonctions casuelles. (BENVENISTE, 1966, p. 132)<sup>2</sup>

As figuras que veiculam as preposições são os sentidos e as funções que elas comportam, que permitem apreendê-las semântica e gramaticalmente. Quando Benveniste (1966, p. 132) afirma que a figura é dirigida pelo mesmo sistema sublógico que governa as funções casuais, ele está se remetendo ao trabalho de Hjelmslev, *La catégorie des cas*, em que disserta sobre as relações que subjazem os casos de uma língua na idiosincronia, sejam elas de direção, coerência-incoerência e subjetividade-objetividade. Essas relações funcionam na idiosincronia na medida em que:

L’étude synchronique n’a pas pour objet tout ce qui est simultanée, mais seulement l’ensemble des faits correspondant à chaque langue ; dans la mesure où cela sera nécessaire, la séparation ira jusqu’aux dialectes et aux sous-dialectes. Au fond le terme de *synchronique* n’est pas assez précis ; il devrait être remplacé par celui, un peu long il est vrai, de *idiosynchronique*. (SAUSSURE, 1964, p. 128)<sup>3</sup>

A idiosincronia refere-se, pois, ao que é próprio à sincronia: não só os fatos presentes de uma língua, como também a simultaneidade entre esses fatos, isto é, uma mesma entidade linguística pode ter funcionamentos diferentes que coexistam em uma mesma estrutura. Com relação à lógica que subjaz uma estrutura, Hjelmslev destacou o sistema de casos, entretanto, para Benveniste, essas figuras também funcionam no sistema de preposições, as quais, podendo ter diversos empregos, devem ser analisadas idiosincronicamente.

Assim sendo, com relação às preposições latinas *pro* e *prae*, Benveniste (1966, p. 133) critica a postura dos latinistas de simplesmente traduzi-las como “em frente de”, o que dissimula as suas diferentes relações linguísticas. Com relação a *pro*, tem-se: (i) indicação mais de “no exterior de” do que de “em frente de”, de movimento de expulsão para fora; (ii) *pro* é o ponto de chegada do movimento de expulsão, por isso, ele pode ter o sentido de defesa, proteção, permutação, substituição; (iii) esse movimento cria uma relação objetiva entre o ponto de partida e *pro*. Com relação a *prae*, tem-se: (i) indicação mais da posição “antes de” um objeto do que “em frente de”; (ii) “*prae*” é a porção anterior do objeto concebido como um contínuo; (iii) *prae* ocupando a parte anterior, o sujeito ocupa a parte exterior. Sobre as especificidades de *prae* com relação a *pro*, Benveniste assevera que:

On sait que *prae* est apte à indiquer la cause : *cor Ulixi frixit prae pavore* « son coeur se glaça d’épouvante » (Liv. Andr., Od, 16). Il peut en outre marquer une comparaison : *videbant omnes prae illo parvi futuros* (Nep., Eum., 10). Nous avons ici des emplois de *prae* que *pro* ne présente pas et dont on ne saurait chercher

<sup>2</sup> Tradução nossa: “É necessário sobre esse ponto de cada preposição de um idioma dado desenha, nos seus empregos diversos, uma certa figura onde se coordenam seu sentido e suas funções e que importa restituí-la se quer-se dar uma definição coerente a partir do conjunto de suas particularidades semânticas e gramaticais. Essa figura é regida pelo sistema sublógico que governa as funções casuais”.

<sup>3</sup> Tradução nossa: “O estudo sincrônico não tem por objeto tudo o que é simultâneo, mas somente o conjunto dos fatos que correspondem a cada língua. Na medida em que isso seja necessário, a delimitação se fará desde os dialetos até os sub-dialetos. No fundo, o termo “sincrônico” não é muito preciso; ele deveria ser substituído por “idiosincrônico”, ainda que um pouco longo”.

l'origine ailleurs que dans le sens même de *prae*. (BENVENISTE, 1966, p. 135-136)<sup>4</sup>

*Prae* pode preencher as funções de causa e de comparação, o que *pro* não pode. Com relação à função de causa, Benveniste (1966, p. 138) chama atenção que, de fato, não se trata de uma causa objetiva, mas de *prae* marcar um ponto extremo, um excesso, que tem algo como consequência, geralmente um ponto negativo do sujeito. Com isso, ele termina seu estudo afirmando ser necessário estudar as preposições a partir do funcionamento de sua estrutura a fim de integrá-las em um sistema geral, tendo em vista uma definição coerente de descrição. Para esse autor, é imperativo, pois, repensar as categorias estabelecidas sobre essas entidades linguísticas.

### 3 “Pro” e “prae”: proposta de atividade

Para pensar as preposições latinas na prefixação da língua portuguesa, o ideal seria partir de textos latinos. Entretanto, como a conjectura atual mostra isso ser impossível, partiremos de um texto em português, que servirá de motivo para que eles produzam outros textos utilizando palavras portuguesas com os prefixos *pro* e *prae*. O tema de que nos valem é “parlendas”, e o objetivo é compreender a prefixação no português, mais especificamente com relação a *pro* e *prae*, por meio do reconhecimento de como o latim se conservou no português. O público a que nos destinamos seria o 6º ano (5ª série do ensino fundamental). Elencamos, pois, a seguir, os exercícios que compõem essa atividade.

#### 1) Pré-leitura

- a) Perguntar: o que são parlendas?
- b) Escrever no quadro a seguinte definição de parlenda e discutir: “rima infantil utilizada em brincadeiras ou como técnica de memorização”.
- c) Pedir para que recitem as parlendas que conhecem.

#### 2) Leitura

- a) Dividir a sala em duplas. Dispor um tempo para que as duplas leiam o texto “Receita de parlenda”\*:

*Escolha versos tradicionais, pequenas rimas fáceis e rápidas de dizer. Lembre-se de que cada verso precisa ter cinco ou seis sílabas. Acrescente aos versos o ritmo de uma cantiga e bata os pés ou as mãos para acentuá-lo.*

*Se você quiser criar uma parlenda para acalmar, o ritmo precisa ser suave. Se for para provocar riso, o ritmo deve ser forte. Se você quiser usar a parlenda para escolher quem começa ou termina um jogo, não se esqueça de acrescentar número ou dias da semana para marcar o escolhido.*

*Cada parlenda tem diversas variantes, formadas por versos parecidos mas não idênticos, do mesmo jogo de palavras. Portanto, se você quiser pregar uma peça, comece a parlenda com versos antigos e modifique o final para fazer uma surpresa ao seu ouvinte.*

*Depois de juntar todos esses ingredientes, é importante não esquecer o principal: para ser saborosa, toda parlenda precisa de uma pitada de maluquice, um toque de humor e uma grande dose de imaginação.*

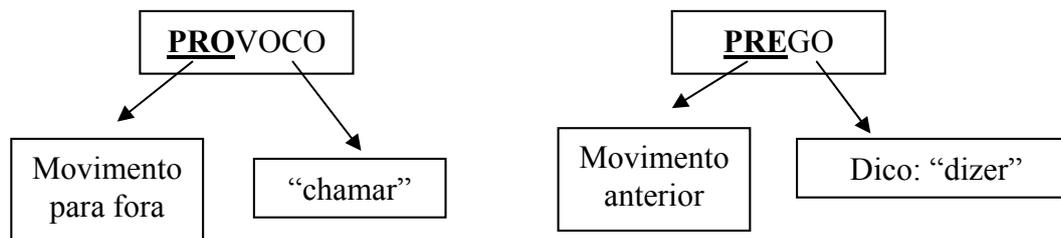
[\*PRIETO, H. **O jogo da parlenda**. São Paulo, Companhia das Letrinhas: 2010]

<sup>4</sup> Tradução nossa: “Sabemos que *prae* está apta a indicar a causa: cor Ulixi frixit *prae* pavore, ‘seu coração congelou de pavor’ (Liv. Andr., Od, 16). Ela pode, além disso, marcar uma comparação: *videbant omnes prae illo parvi futuros* (Nep., *Eum.*, 10). Temos aqui empregos de *prae* que *pro* não apresenta, empregos esses que não saberíamos procurar a origem em outro lugar que não no sentido próprio de *prae*”.

b) Discutir: o que é rima? O que é verso? O que é ritmo? Como fazer uma parlenda?

c) “Se você quiser pregar uma peça, comece a parlenda com versos antigos...”. Para pregar uma peça no nosso leitor, podemos não só começar a parlenda com versos antigos, mas também brincar com as palavras antigas do latim que ainda estão no português. Escrever no quadro duas palavras latinas “*praedico*” e “*provoco*”. Pedir para encontrá-las no texto: “provocar o riso”, “pregar uma peça”. Discutir o quanto o português ainda é o latim – a possível facilidade de encontrar “*provoco*” no texto – ainda que modificado – a possível dificuldade de encontrar “*praedico*”. Pedir para que comentem quais os sentidos que retiram de “provocar o riso” e de “pregar uma peça”.

d) Fazer o seguinte esquema no quadro, discutindo:



- Se “provoco” é “chamar para fora”, como poderíamos compreender “provocar o riso”?

- Se “prego” é “dizer antes”, você dá um de esperto e diz algo, fazendo um jogo de palavras, antes que seu interlocutor perceba que é um jogo. Como, então, poderíamos compreender “pregar uma peça”?

3) Pós-leitura

a) Pedir para as crianças elencarem palavras que conhecem que tenham “pro” ou “prae”. Atentar para a falsa etimologia, isto é, o falso julgamento de tomar “pro” ou “pre” do início de algumas palavras como prefixos, não o sendo, por exemplo, em “prole”, “prêmio”, “probo” não há prefixação.

b) Fornecer tempo para que, em duplas, criem uma parlenda utilizando algumas dessas palavras elencadas.

## 4 Conclusão

Quem faz a língua é povo, composto de letrados e iletrados. Entretanto, na conjectura específica da Idade Média, foi necessário que os letrados medievais deixassem suas marcas na estrutura das línguas românicas para que a cultura fosse preservada, no sentido de conservar a consciência de que somos ocidentais e, portanto, literária e cientificamente filhos de Roma e da Grécia.

Assim sendo, na contemporaneidade, não podemos deixar essa memória esvanecer. É necessário fornecer condições para que nossas crianças tenham acesso às belas letras, ainda que de forma simples e pontual, por exemplo, trabalhando com alguns aspectos da gramática normativa que são exigidos pelos currículos escolares, sejam eles a prefixação, dobrando-se sobre a estrutura do latim para fazer compreender com mais propriedade o português.

## Referências

BASSETTO, B. **Filologia Românica: história interna das línguas românicas**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010, v. 2.

BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique générale**. Saint-Amand: Éditions Gallimard, 2002 [1966], v. 1.

SAUSSURE, F. **Cours de linguistique générale**. Paris, Payot: 1964.

---

## **Autora**

i **Flávia Santos da SILVA, mestranda**  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)  
Instituto de Letras e Linguística  
flaviasantosbr@hotmail.com